



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 1. Informações Gerais

**Data:** 17/06/2020

**Horário:** 15h às 17h30

**Local:** remota-webex

#### **Participantes/Representantes:**

Dr. Richard Pae Kim – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;  
Dr. Carl Olav Smith – Juiz Auxiliar da Secretaria Especial Adjunto de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;  
Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral – DG;  
Sr. Ricardo de Lins e Horta – Assessor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - DMF  
Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;  
Sr. Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;  
Sr. Maurélio Ferreira – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO – em substituição;  
Sr. Luís Pereira dos Santos – Coordenador de Gestão de Documentação – COGD;  
Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;  
Sr. Luiz Antônio Mendes Garcia – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;  
Sr. Ronaldo Araújo Pedron – Chefe do Gabinete da Ouvidoria – OUV;  
Sr. Getúlio Vaz – Secretário de Administração – SAD;  
Sra. Camila da Silva Barreiro – Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;  
Sr. Rodrigo Farhat Camargo – Secretário de Comunicação Social – SCS;  
Sr. João D´arc Ramos de Oliveira – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP – em substituição;  
Sr. Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças – SOF;  
Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto – Secretário de Auditoria – SAU;

#### **Facilitador**

Sr. Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional/DGE.

#### **Equipe técnica DGE**

Sra. Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional/DGE.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### Presentes:

Dra. Lívia Cristina Marques Peres – Juíza Auxiliar da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;  
Sr. Fernando Caldeira Melo – CN;  
Sr. Isaías Monteiro dos Santos – SCS;  
Sr. Bruno Gomes Faria – DMF;  
Sr. Flávio Feitosa Costa – DTI;  
Sr. Antonio Mário Lúcio de Oliveira Júnior – SGP;  
Sra. Gabriela Corrêa Noé – SGP;  
Sra. Denise Clara Barbosa – DTI;  
Sra. Juliana Almeida Costa Cronemberger – SGP;  
Sra. Meg Gomes Martins de Avila – SGP;  
Sr. Saulo Augusto Felix de Araújo Serpa – SAU;  
Sra. Gabriela Teixeira da Cunha Lobo – DGE;  
Sra. Mariana Esteva Bandeira Ansani – SGP;  
Sr. Rodrigo Silva Rocha – SG;  
Sr. Rodrigo Miguel Sousa – SOF;  
Sra. Priscila Karla da Silva Wink – SOF;  
Sr. Ígor Caires Machado – DPJ;  
Sra. Patrícia Maria Silva Soares Coelho – SGP.

## 2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao período de janeiro a abril de 2020; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas no cumprimento das metas; e identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

## 3. Pauta

- Abertura realizada pelo Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica - SEP, Dr. Richard Pae Kim;
- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a abril de 2020;
- Apresentação dos resultados dos indicadores e projetos institucionais, bem como possíveis dificuldades e soluções;
- Considerações finais.

## 4. Abertura

Dr. Richard Pae Kim, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP, iniciou cumprimentando todos presentes e ressaltando a



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

importância de servidores, colaboradores e magistrados estarem bem, com somente uma ocorrência de COVID-19, e também a reorganização da forma de trabalho do CNJ em meio ao problema de saúde no país, com aumento de produção de muitos. Em seguida, agradeceu à equipe do Departamento de Gestão Estratégica - DGE pela realização de mais uma Reunião de Análise da Estratégia (RAE), adicionou a equipe da SEP e informou que é o último período do Ciclo de Planejamento de 2015-2020. Mencionou que é a segunda RAE do ano mas a primeira que apresenta os resultados de 2020. Acrescentou que na última RAE, realizada em fevereiro, foram apresentados os resultados do ano anterior, 2019, e esclareceu, ainda, que o objetivo do encontro é fazer uma reflexão sobre o desempenho do CNJ, no primeiro quadrimestre, à luz do que foi planejado. Complementou dizendo que será sua última participação na RAE nessa gestão, e que esse ano apresenta um desafio adicional por causa da pandemia. No tocante ao resultado, informou que 3 objetivos estratégicos foram cumpridos, 4 foram parcialmente cumpridos e 5 não cumpridos. Reiterou que no encontro todos deveriam refletir sobre o que levou a este resultado e que medidas podem ser tomadas para reverter a situação de forma rápida. Por conseguinte, ressaltou a importância de todos observarem o plano estratégico do Conselho, atos normativos, os projetos institucionais, em especial, cujo rito de gerenciamento está na Instrução Normativa nº 79. Por fim, observou a importância de se manter o foco na execução da estratégia do Conselho Nacional de Justiça para cumprir adequadamente o ciclo.

## 5. Apresentações

Na sequência, o Sr. Adilson Medeiros, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional - DDIN, apresentou a agenda composta por: panorama geral dos resultados dos indicadores e projetos institucionais de janeiro a abril de 2020, apresentação dos resultados e desafios pelos gestores e as considerações finais. Informou que nesse período de medição de 2020, dos 12 objetivos do planejamento estratégico, 3 estão sendo cumpridos, 4 sendo parcialmente cumpridos e 5 não cumpridos. Explicou que dos 26 indicadores, 12 foram cumpridos, 7 parcialmente cumpridos, 4 não cumpridos e 3 não foram mensurados. Sobre os 24 projetos institucionais informou que 2 foram concluídos e encerrados, 7 foram cumpridos e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

tiveram todas as etapas concluídas nas datas previstas, 7 foram parcialmente cumpridos, 7 não cumpridos e 1 não implementado. Em seguida, devolveu a fala ao Dr. Richard, que pediu à Sra. Fabiana e ao Sr. Adilson para apresentarem aos gestores, no final da reunião e posteriormente por e-mail, quais os setores poderiam contribuir na realização dos objetivos não cumpridos. Por fim, o Dr. Carl Olav Smith, Juiz Auxiliar da SEP, solicitou que cada unidade apresentasse as principais dificuldades para execução do planejamento estratégico a fim de que eventualmente se consiga construir uma solução.

### 5.1 Desempenho dos Indicadores e Iniciativas Estratégicas

#### 5.1.1 Departamento de Gestão Estratégica - DGE

Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do DGE, cumprimentou os presentes, informou a abertura da reunião a todos os servidores e colaboradores do Conselho e orientou sobre o envio de dúvidas pelo chat, as quais posteriormente serão esclarecidas. Na sequência, iniciou sua explanação informando que o DGE tem 3 indicadores com suas respectivas metas e que o foco de sua apresentação não será no resultado, que é publicado no relatório disponível na Intranet, mas em alguns pontos observados durante o monitoramento e o que foi feito pelo DGE para melhorar o resultado. Sobre o *Índice de Cumprimento das Metas Nacionais*, que verifica quais tribunais cumpriram as metas nacionais, noticiou que foi criado um Grupo de Trabalho (GT) pela Presidência - tendo como integrantes a Sra. Fabiana, o Dr. Richard, a Sra. Gabriela - para avaliar o impacto da pandemia do COVID-19 no cumprimento das metas nacionais. Informou que o resultado do primeiro quadrimestre demonstra um desempenho não muito satisfatório e que geralmente começa assim mesmo, como foi também ocorrido em 2019. Entretanto, observou-se que houve impacto pela pandemia e umas das medidas tomadas sobre o assunto foi a criação do grupo de trabalho para fazer estudo e verificar o desempenho dos tribunais. Na sequência falou que o *Índice de Melhorias Implementadas em Processos Prioritários* teve resultados positivos, e sobre o *Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável* noticiou que apresentou um resultado mediano e deve ser impactado devido a evasão do prédio



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

do CNJ. Em relação aos projetos, registrou que a *Formulação do Planejamento Estratégico do CNJ* e a *Formulação da Estratégia do Poder Judiciário 2021-2026*, estão com as minutas normativas prontas e aguardando assinatura e publicação, o que aconteceria na sessão do dia 16 de junho, que foi adiada, mas mesmo assim cumprirão o cronograma. Adicionou que os projetos: *Selo CNJ de Desburocratização* e *Seleção de Práticas para o Prêmio Innovare* foram concluídos. A *Elaboração Ranking da Transferência 2020* está em andamento e é um projeto que conta com a participação de todo o CNJ na avaliação e, inclusive, na prestação de informações para elaboração do *ranking*, com previsão de realização da premiação em 8 de setembro; sobre a *Implantação do Escritório Corporativo de Projetos Institucionais*, informou que foi pedida alteração da data de conclusão para agosto devido a necessidade do trabalho remoto. Esclareceu que o projeto conta com a parceria do Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, que já implantou o seu escritório cujo modelo será adotado pelo DGE. Mencionou a publicação da Instrução Normativa nº 79, que trata do gerenciamento de projetos, e noticiou o propósito de oferecer cursos e elaborar um formato para implantação de Escritório Corporativo de Projetos Institucionais; o projeto *Solução Tecnológica Acompanhamento e Monitoramento da Estratégia Institucional*, que também conta com a parceria do DTI para elaboração de um sistema para acompanhamento e monitoramento, teve sua data de conclusão postergada para o mês de agosto e início de setembro. Acrescentou, ainda, projetos a serem iniciados ainda nessa gestão: a *Formulação do Plano de Logística Sustentável* alinhado com o Planejamento Estratégico do CNJ; *Elaboração do Desdobramento dos Glossários da Estratégia Nacional do Poder Judiciário* para início em 2021; *Plano de Comunicação do novo Planejamento Estratégico do CNJ*; realização da *Revisão dos Atos Normativos*; e a *Elaboração do Relatório Anual de Atividades do CNJ*. Por fim, agradeceu a parceria e pediu apoio das unidades na execução dos projetos.

### 5.1.2 Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP

A Sra. Camila da Silva Barreiro, Chefe de Gabinete da SEP, iniciou esclarecendo que o andamento dos projetos da unidade, em geral, foi satisfatório apesar dos percalços



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

provados pela pandemia que levaram a mudanças de planos e formatos de eventos, e ressaltou que a situação não impactou negativamente nos resultados porque a Secretaria conseguiu contornar a situação de forma satisfatória. Informou que a primeira fase (reunião preparatória) do *Encontro Nacional do Poder Judiciário de 2020* foi realizada virtualmente e que o feedback foi positivo, com menção à otimização do tempo, objetividade; Noticiou que o *Programa Resolve*, composto por vários projetos, apresentou resultado acima do esperado; o projeto *Benefícios Previdenciários por Incapacidade* está praticamente concluído; o projeto *Execução Fiscal - Automação e Governança* está com resultado avançado; o *projeto Poupança - Planos Econômicos* está com o resultado abaixo do esperado porque teve alteração no percurso da execução com consequente alteração do prazo, uma vez que o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu prorrogar o acordo e mais ações serão feitas; sobre o *projeto Integração do "Consumidor.gov.br" ao PJE*, esclareceu que apresentou resultado abaixo da expectativa, porém foram solucionadas as dificuldades técnicas apresentadas na RAE anterior, principalmente de TI, e que o que faltou para atingimento do esperado foram ajustes normais; prosseguiu dizendo que o maior prejuízo dentre os projetos da SEP foi no projeto *Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral*, muito afetado por duas razões alheias à unidade: uma foi a situação da COVID-19 que impossibilitou uma série de eventos, como 3 seminários, uma pesquisa feita em campo; a outra razão foi o atraso no repasse dos recursos do fundo dos direitos difusos que atrapalhou o cronograma. Antecipou que o projeto não será mais concluído em 2020 e foi prorrogado para setembro de 2021, mas que estão sendo feitas entregas dentro das possibilidades. Citou que as capacitações serão via EaD e que serão feitas alterações nas formas de realização das pesquisas. Frisou que a tecnologia foi aliada e destacou a criatividade e proatividade da equipe. Informou, ainda, que é a última RAE que participa e que o resultado do trabalho do gabinete da SEP e demais unidades foi positivo, ficando pendente somente os projetos de longo prazo. Em seguida, o Dr. Carl Olav complementou que o projeto *Integração do "Consumidor.gov.br" ao PJE* está em produção em dois tribunais e logo se expandirá nos demais.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.1.3 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

A Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, iniciou falando do primeiro indicador: *Índice de realização de pesquisas*, que ficou parcialmente cumprido. Esclareceu que este resultado não preocupa porque isso é esperado em se tratando de pesquisas que evoluem ao longo do ano, e que nesta data o desempenho já deve estar dentro do esperado, pois em maio foram concluídas mais 3 pesquisas. Adicionalmente, informou que, com a situação da Pandemia, praticamente todos os contratos de pesquisadores sofreram algum tipo de prorrogação, mas isso não deve impactar o desempenho do indicador, pois somente 1 ou 2 pesquisas devem ultrapassar o final do ano. Entretanto, como há acréscimo de outras pesquisas realizadas que não foram previstas no início do ano, o quantitativo de realização será compensado. Destacou o desempenho da equipe que está respondendo bem às demandas. Na sequência, noticiou que o segundo indicador: *Índice de Acompanhamento de Projetos Estratégicos do DPJ* ficou com o status de cumprido nessa mediação e explanou sobre a situação dos projetos: O projeto *Replicação Nacional* está com o resultado abaixo da meta, porém teve grande avanço em maio; \*\* *O prêmio CNJ de qualidade é entregue no Encontro Nacional e por isso somente alcançará cumprimento ao final do ano. O regulamento da premiação foi publicado em junho (trecho inaudível e esclarecido posteriormente pela Sra. Gabriela)\*\**. A Biblioteca Digital está em fase de inserção de conteúdos gratuitos, sendo que o sistema já foi desenvolvido. O projeto da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP está atrasado, pois a ENAP está readequando o formato dos desafios para a modalidade virtual, mas a instituição informa que o cronograma de entrega permanece para setembro.

### 5.1.4 Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

O Sr. Luiz Antônio Mendes Garcia, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI, iniciou cumprimentando os participantes da RAE e elogiou o esforço de todos no trabalho virtual. Informou que o DTI foi impactado pelas novas demandas que incluíram a reestruturação do CNJ para o teletrabalho; o apoio



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

prestado a outros órgãos devido o acordo de cooperação técnica firmado para que dispusessem de uma plataforma de vídeo conferência; as sessões de julgamento telepresenciais; e vários eventos que o CNJ organizou com a colaboração do DTI. Salientou que o departamento deu muito foco nessas ações para que o CNJ sofresse o mínimo impacto possível e mantivesse suas atividades, e que o resultado foi muito satisfatório. Com isso algumas ações previstas foram prejudicadas, mas ainda assim fez uma avaliação muito positiva do desempenho e informou que os projetos normais tiveram seguimento. Quanto aos indicadores, iniciou falando sobre o *Índice de Incentivo Institucional à Integração, à Interoperabilidade e ao Desenvolvimento Colaborativo de Sistemas de Informação*, e adicionou que a nova Resolução nº 211, documento que dispõe sobre a Estratégia de TI do Poder Judiciário Nacional, vigente até 2020, está com a minuta quase finalizada e que o trabalho está sendo realizado sincronicamente com o DGE para alinhar com a Estratégia Nacional. Noticiou que a elaboração do portal de governança colaborativo para que todos os tribunais compartilhem ações de TI, editais, contratações, tem apresentado resultados positivos e teve bastante esforço de desenvolvimento do DTI. Na sequência, relatou que está quase pronta a minuta referente à nova Resolução nº 182, que dispõe sobre o rito de contratação de bens e serviços de TI no âmbito do Poder Judiciário. Adicionou que a referida resolução está sendo aprimorada com uma nova proposta a qual prevê um corpo com princípios e diretrizes fixas, e um anexo composto por um guia de contratações com orientações para as áreas de TI e de controle a fim de que essa última tenha um direcionamento nas auditorias das contratações de TI. Ressaltou que foram realizadas 16% das contratações de TI. Esclareceu que o resultado do indicador foi de 12,5%, ficando com a meta não cumprida, mas ressaltou que os resultados mais concretos referentes a esse indicador começam a partir do meio do ano. Sobre o indicador *Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-Jud* pontuou que não foi mensurado porque a mediação acontece no mês de setembro, mas não houve impacto no andamento. Sobre os projetos institucionais informou que houve algum prejuízo em alguns deles, não somente em decorrência do COVID-19: no projeto *Modelo de Elaboração do Laboratório de Inovação Tecnológica* houve alteração na priorização por parte da área de inovação, que se concentrou no trabalho na





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

plataforma de inteligência artificial, Sinapes, o que levou a um desempenho de 16%, e a expectativa era mais alta. O projeto *Programa PJE 2020*, que está sendo tratado como uma política pública e também como um programa, apresentou um progresso de 63%, abaixo da meta de 70%, mas conseguiu evoluir razoavelmente bem mesmo no cenário de pandemia e da necessidade de nova priorização das ações. O projeto *Estratégia de Governança Colaborativa e Digital do Poder Judiciário (Portal de Governança Digital do Poder Judiciário)* superou a expectativa e apresentou o resultado de 87%. O projeto *Nova Resolução de Contratações Ágeis de TIC do Poder Judiciário*, que é a nova Resolução nº 182, apresentou o resultado de 31%, com meta de evolução de 40%, porém já tem uma proposta finalizada que será encaminhada ao Conselheiro Rubens Canudo e ao plenário para aprovação. E o último projeto *Definir Política de Estratégia Digital do Poder Judiciário – Evoluir Resolução 211/2015*, que é a nova Resolução nº 211 e está com evolução abaixo da meta, está em andamento e a expectativa é que seja finalizada até o final do ano de 2020. É um projeto com foco na transformação digital e aprimoramento dos serviços prestados pelos tribunais.

### 5.1.5 Coordenadoria de Gestão de Documentação – COGD

O Sr. Luís Pereira dos Santos, Coordenador Coordenadoria de Gestão de Documentação – COGD, informou que o projeto *Eliminação de Documentos do CNJ* parou em virtude da pandemia por ser um projeto essencialmente presencial. Esclareceu que foi feita a triagem e devem ser elaborados o termo de eliminação e o edital, dever ser feita a avaliação e a posterior eliminação dos documentos - que são as petições físicas inseridas no processo judicial eletrônico. Em seguida, o coordenador informou que a COGD tem um projeto de classificação, mas não foi apresentado, pois não havia tempo hábil para conclusão por ser também de cunho presencial. Informou que o CNJ tem um passivo documental e que recentemente a COGD e o DPJ traçaram um perfil da realidade dos tribunais sobre seus passivos cujo resultado foi publicado no portal do CNJ. Adicionou que a classificação do passivo documental do CNJ é um projeto para o futuro e que consiste na preservação daquilo que for de interesse institucional, histórico e/ou cultural e eliminação dos demais. Citou ainda algumas demandas, que não foram classificadas como projetos: plano de dados



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

abertos do CNJ; elaboração de minutas de manuais, instruções normativas e portarias. Finalizou informando que a última eliminação de documentos realizada no CNJ alcançou até o ano de 2012, assim, há um passivo documental de 2013 a 2018, pois a intenção é deixar dois anos guardados. Colocou-se à disposição para esclarecimentos e terminou.

### **5.1.6 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF**

O Sr. Ricardo de Lins e Horta, Assessor no Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, iniciou falando que a unidade teve contratempos no cumprimento das metas dos indicadores porque várias atividades que vinham sendo desenvolvidas dependiam de inaugurações, de realização de eventos, de seminários que foram comprometidos pela nova realidade da pandemia, o que não significa que o Departamento esteja parado, pois houve um reposicionamento do DMF para que se conseguisse continuar caminhado na direção do cumprimento dos indicadores diante a nova realidade. Citou algumas mudanças: seminários se tornaram webnários; não houve cerimônia de inauguração de equipamentos públicos de atendimento aos egressos – escritórios sociais -, mas houve continuidade de tudo que era necessário para que se tornassem realidade - a pactuação dos acordos de operação técnica e montagem nos estados continuaram. Informou que vários objetivos se referem a publicação de manuais, os quais foram continuados, e que há previsão de publicação de muitos até o mês de setembro. Ressaltou que o DMF tem tido produtividade muito grande apesar do teletrabalho e que boa parte do que tem sido feito diz respeito à pandemia em si. Mencionou que a partir de março uma série de medidas sanitárias foram iniciadas com atenção aos presídios, que são espaços propícios para difusão do vírus, e, ainda, lembrou o debate público sobre o tema mencionando que a Papuda representa um dos maiores clusters do vírus no DF. Na sequência, elencou algumas realizações dos últimos 3 meses: a recomendação CNJ nº 62, prorrogada na semana passada, a qual sugeriu que os juízes de execução analisassem caso a caso - especialmente aqueles de pessoas privadas de liberdade pertencentes aos grupos de



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

risco e que não tenham cometido crimes graves- para que decidissem sobre a conveniência e a oportunidade de cumprimento de pena em regime domiciliar ou monitoração eletrônica; instalação, em cada um dos Grupos de Monitoramento Fiscalização do Sistema Carcerário – GMF, de comitês de monitoramento do COVID-19 no sistema prisional; realização sistemática de acompanhamento de dados diário de evolução do COVID-19, que vai ao ar nos próximos dias; realização de piloto de visitas virtuais no estado do Maranhão (MA) com mais de 1.000 visitas testadas; informou, ainda, que, segundo a Resolução nº 280 do CNJ, este é o último mês de implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, e que o projeto se encontra na reta final – está em fase de saneamento de processos que não foram implantados a contento e migração em massa de dados, inclusive com realização de força-tarefa remota em quatro dos tribunais que estão faltando (Pernambuco (PE), Ceará (CE), Rio Grande do Sul (RS) e TRF 1º Região); continuou citando a realização de três webnário de capacitação de usuários do SEEU; implantação de novas funcionalidades no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP; lançamento de um projeto para fazer algo como o SEEU para o Socioeducativo – uma nova versão do CNAEL; estão melhorando a forma de coleta de informações desse público e passarão a coletar informações de raça, diversidade; serão colocados campos novos sobre alternativas penais e monitoração eletrônica nos sistemas do DMF. Citou a finalização de dez minutas de atos normativos nos últimos três meses frisando: participação do DMF no GT sobre a implantação do juiz de garantias realizando estudo comparativo internacional, relatórios, participando da proposta de redação de resolução; duas propostas de resolução sobre o uso de vídeo conferência: uma no sistema prisional e no outra no sistema socioeducativo durante a pandemia; elaboração de resolução sobre audiência de apresentação do sistema socioeducativo; sobre pessoas LGBTI privadas de liberdade; outra sobre cooperação judiciária; sobre centrais de vagas do sistema socioeducativo; proposta de alteração da Resolução nº 77; proposta de monitoração eletrônica na perspectiva do judiciário; minuta de resolução sobre visitas sociais e virtuais de profissionais no sistema penitenciário. O Sr. Ricardo adicionou que todas essas minutas foram encaminhadas aos gabinetes dos conselheiros para apreciação no plenário. Acrescentou que está



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

em fase de finalização junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD a aquisição dos kits biométricos que serão distribuídos no poder judiciário e no executivo, e que, após o término, previsto para o dia 19.06, serão feitos testes de compatibilidade com o TSE antes do fechamento. Estão também estudando como fazer o termo de referência para a logística de distribuição desses kits; Noticiou, ainda, que fecharam a estratégia de emissão de documentação, e que foram publicados cartilhas, manuais e orientações: gestão para alternativas penais, política nacional de atenção a pessoas egressas; elaboração de portaria conjunta do CNJ e o Ministério da Saúde, que dispõe sobre proibição de cremação de corpos não identificados durante a pandemia do COVID-19; elaboração de orientação técnica para inspeção em presídios durante a pandemia; orientação sobre audiência de apresentação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; orientação sobre monitoração eletrônica durante a pandemia; alternativas penais durante a pandemia; e manual informativo sobre acesso ao auxílio emergencial a familiares de pessoas presas. Acrescentou que foram realizados quatro webinários específicos na parte de cidadania: um com os conselhos das comunidades dos familiares dos presos; um de fomento à rede de atenção de pessoas egressas; um sobre política e cidadania; e um sobre qualificação dos escritórios sociais que foram abertos e que estão funcionando de forma remota. Além de três webinários de capacitação do SEEU. E por fim, o Sr. Ricardo encerrou falando que a entrega das demandas foi bastante satisfatória.

### **5.1.7 Secretaria de Comunicação Social – SCS**

O Sr. Rodrigo Farhat Camargo, Secretário de Comunicação Social – SCS, informou que a unidade identificou, no início do ano, a necessidade de evoluir os indicadores que monitoravam as atividades da unidade, decisão negociada com o DGE. Esclareceu que os novos indicadores propostos, ao contrário dos anteriores, são voltados à efetividade e não à quantidade, consideram as diretrizes de serem significativos, mensuráveis e gerenciáveis e articulam conceitos mais dinâmicos da comunicação como alcance e engajamento. Destacou que, por serem indicadores novos, houve uma dificuldade inicial para estabelecimento da meta, do histórico e da base de conhecimento, o que prejudicou o acompanhamento do desempenho no



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

primeiro bimestre. Informou que no segundo bimestre houve um processo mais regular, e que está sendo feito um controle mensal mais completo implantado na SCS, com a produção de relatórios mensais que acompanham os indicadores mês a mês. Complementou que será feito um ajuste mais fino na definição das metas. Noticiou, por fim, que a unidade proporá futuramente novos indicadores para avaliarem a efetividade, eficiência e eficácia da rádio CNJ.

### 5.1.8 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

O Sr. Maurélio Ferreira, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO em substituição iniciou informando que a unidade possui apenas 1 indicador no Planejamento Estratégico- *Índice de publicação das informações orçamentárias dos tribunais*, que é componente do Objetivo Estratégico IX – *Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário*. Destacou que, embora seja somente um indicador, é muito abrangente. Acompanha os 92 tribunais em relação à suas publicações relativas às Resoluções CNJ n.102, de 15/12/2009 e CNJ n.195, de 03/06/2014, e também os relatórios de gestão fiscal que são obrigatórios pela LRF. Informou, ainda, que as publicações das resoluções são mensais e a unidade acompanha suas publicações nos sites dos tribunais, com o objetivo principal de dar transparência às ações de execução orçamentária dos tribunais. Noticiou que o resultado do indicador no primeiro quadrimestre foi de 92,4% de atingimento da meta, ou seja, 86 dos 92 tribunais conseguiram publicar o que estava previsto. Frisou que os tribunais dão muita importância a esse acompanhamento. Sobre o ano de 2020, destacou que na 1ª RAE o DAO manifestou preocupação com as 3 PECs do plano Mais Brasil, que estão paradas no Congresso Nacional devido o problema da Pandemia. Com relação ao orçamento do ano atual reportou um trecho do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias relativas ao segundo bimestre de 2020 que diz o seguinte: tendo em vista o reconhecimento do estado de calamidade pública com efeitos até 31/12/2020 nos termos do art. 65 da LRF estão dispensados até a referida data o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º da mesma lei tornando desnecessário a redução de empenho e a movimentação de



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

empenho. Pontuou que se não houvesse essa decisão deveria ser feito um grande contingenciamento nesse bimestre, e que, em consequência disso, os orçamentos dos tribunais não terão nenhum contingenciamento, que é um fato inusitado e favorável para a execução orçamentária e financeira. Esclareceu que em relação a 2021 há algumas incertezas porque a proposta orçamentária a ser encaminhada no segundo semestre já está sob a vigência do PLN 9 - PLDO 2021 – que dá os limites da proposta orçamentária que serão calculados conforme o art. 107 do ADCT – EC 95. Destacou que o percentual de reajuste destes limites é o IPCA de julho/2019 a junho/2020, e que o acumulado até maio/20 é 1,87%. Assim, o incremento do orçamento para 2021 dependerá da inflação de junho/20. Agradeceu às demais unidades o apoio, e complementou que os tribunais de justiça estão sujeitos às LDOs dos Estados, fora da EC 95, em adição a colocação feita pelo Dr. Carl.

### 5.1.9 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Dra. Sulamita Marques, Assessora-chefe do Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça noticiou a satisfação pelos resultados dos indicadores que foram superiores ao esperado. Iniciou apresentando o resultado do indicador 35: *Índice de Execução do Plano de Inspeções*, cuja expectativa para o período era de 33,3% e o resultado apurado foi de 60%. Sobre o indicador 36: *Julgar mais processos que os distribuídos à Corregedoria Nacional de Justiça do Plano de Inspeções* informou que o resultado apurado foi de 98,3%, ou seja, quase 100%. Ainda informou que o Ministro está satisfeito com os resultados apresentados e que esta deve ser a última RAE que participa. Complementou ainda que, apesar das dificuldades, a equipe deixa a unidade muito bem.

### 5.1.10 Gabinete da Diretoria-Geral – GDG

Dr. Johaness Eck, Diretor-Geral do CNJ, abordou o projeto de gestão de riscos informando que, após a publicação da Portaria n. 277, 10/10/2019, que institui o manual de gestão de riscos no CNJ, foi iniciada, em 2020, a implantação do projeto na Diretoria-Geral, e que em junho está sendo feita a capacitação da equipe. Noticiou ainda que foi implantado o Comitê da Gestão de Riscos que conta com pessoas



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

representantes de outras unidades, e que a ideia é implementar na DG mas com abertura à adesão de outras unidades. Informou que este projeto está levando à revisão de todos os indicadores da Diretoria, e que, provavelmente, existirão conversas com o DGE para aprimoramento dos indicadores da DG e suas secretarias. Esclareceu que para esta RAE não existe um indicador específico da diretoria mas fez a proposta para que se tenha, no futuro, um indicador e uma meta para a redução das despesas discricionárias, cabendo discutir com o DGE se seria para todo o órgão ou somente no âmbito da DG. Esse redutor poderia ser o redutor do IPCA, um congelamento das despesas ou redução nominal das despesas discricionárias. Isso porque, observou-se que em 2019 o CNJ atingiu quase plenamente a execução do orçamento, e o orçamento de pessoal sobe, especialmente porque o órgão é jovem, de um ano para outro, em torno de 4%.

### 5.1.11 Secretaria de Administração – SAD

O Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração – SAD, iniciou apresentando o resultado do *Índice de execução do plano de contratações* que está parcialmente cumprido, mas esclareceu que isto é devido ao tempo de medição, pois, até abril, é o tempo de maturação, de desenvolvimento e de elaboração dos processos, que não chegam a ser concluídos neste íterim. Informou que no mês de maio foram feitas várias licitações previstas e novas e destacou duas com grande sucesso: a primeira, foi a manutenção predial, algo inovador porque promoveram a mudança na forma de administrar o prédio; a segunda, em fase de finalização, foi a contratação do serviço de limpeza cuja forma também foi alterada. Essas duas áreas tiveram impacto grande em razão da situação de calamidade pública. A manutenção teve que agir rapidamente desativando parte do prédio, revendo consumo de energia, água e demais; e a limpeza teve que ser intensificada no período, inclusive trabalhando com redução de pessoas, pois teve que haver isolamento e revezamento. No período, adicionou, houve rescisão de um contrato e foram feitas contratações emergenciais como álcool, máscaras, termômetros, adaptações de arquitetura. Sobre o indicador relativo à infraestrutura, esclareceu que a seção de arquitetura tem trabalhado em adaptações junto com a engenharia e que a meta será cumprida.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

### 5.1.12 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

O Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças – SOF, iniciou falando que a unidade não terá dificuldades de alcançar a meta referente ao Indicador 24 - *Índice de Liquidação do Orçamento Disponibilizado*, que foi cumprida no quadrimestre e que em junho está em 33%. Pontuou que gostaria de acrescentar à fala do Sr. Maurélio sobre o IPCA que corrigirá o orçamento para o ano que de 2021, e à fala do Dr. Johaness que informou que a despesa do pessoal irá aumentar em 4% e a despesa discricionária, para manutenção do órgão, sofrerá redução. Assim, esclareceu que a SOF está trabalhando nas captações de demandas para elaboração da proposta orçamentária do ano de 2021, e aproveitou para informar aos coordenadores de ação presentes que foi encaminhado, via Sistema Eletrônico de Informações – SEI nº 4105/2020, o processo para ajustar as planilhas encaminhadas por cada coordenador, alertando que as propostas têm que se adaptar ao limite estabelecido pela emenda constitucional. Acrescentou que a SOF, no período de pandemia, continuou com os trabalhos, os pagamentos continuaram sendo realizados. Informou, ainda, que foi observado decréscimo de despesas – energia, passagens, diárias, água - devido a diminuição de presença de pessoal no prédio. Noticiou que a administração tem acompanhado as despesas uma vez que o orçamento das despesas discricionárias está cada vez mais justo, e que as demandas da área fim têm sido atendidas com alguns remanejamentos. Acrescentou, também, que houve aumento de despesa, em especial, na área de TI. Enfatizou que a preocupação é que essas despesas continuadas não cresçam porque em 2021 o órgão poderá não suportar. Realçou que é um momento para se fazer uma análise, para reavaliar as despesas, os projetos, e que os jurisdicionados não deixarão de ser atendidos mas as despesas devem ser otimizadas. O secretário finalizou falando que a SOF está à disposição para melhores esclarecimentos juntamente com a Diretoria Geral. O Dr. Carl informou que algumas secretarias não executaram todo o orçamento previsto e perguntou ao Sr. Wernne se é possível o remanejamento de uma ação para outra. Exemplificou com o CEAJUD que está com quase 100% do orçamento executado. O Secretário da SOF informou





# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

que é possível e mencionou o DPJ, que é a unidade que tem disponibilidade, e que, poderia atender o CEAJUD.

### **5.1.13 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP**

Sr. João D´arc Ramos de Oliveira, Secretário de Gestão de Pessoas – SGP em substituição, iniciou informando que os cinco indicadores da unidade seriam mais bem analisados em dois grandes blocos pois se comportaram internamente de forma praticamente idêntica. Sobre os três indicadores da saúde e qualidade de vida no trabalho, comentou que a SGP, com apoio do Diretor-Geral, tem tentado agir o mais rápido possível para atender os servidores e gestores na nova situação da pandemia. Informou que muitos eventos e ações começaram a ser executados para lidar com a temática e também como reagir melhor a essa situação. Observou que, em decorrência disso, tiveram um feedback muito bom dos participantes, acima das metas, o que fez com que os indicadores ficassem acima do esperado. Acrescentou que o resultado demonstrou que a Secretaria tem estado preocupada com o bem-estar dos servidores, magistrados e colaboradores. Aproveitou para agradecer à SEGED, seção responsável dentro da SGP, por dar prosseguimento às ações e que, em grande parte, é responsável pelo atingimento das metas. Em seguida, mencionou o segundo bloco de indicadores que se refere às capacitações dos servidores e gestores. Esclareceu que a secretaria teve dois grandes desafios: o primeiro foi a elaboração do projeto pedagógico institucional. Informou que, após realizado o mapeamento das competências, foi apresentado um diagnóstico de necessidades de capacitações de servidores e, como resultado, realizou-se um planejamento para tentar fazer algo mais eficiente e planejado. Acrescentou que foi um trabalho robusto, e por isso o plano só foi concluído em abril, e quando as ações seriam iniciadas houve a intensificação da pandemia, e os servidores e magistrados, naturalmente, deixaram de procurar as capacitações. Toda essa situação exigiu mudanças na metodologia dos cursos, uma vez que são realizados presencialmente. Enfatizou que agora a SGP está tendo que lidar com a situação de oferecer cursos à distância, mas mantendo a qualidade. Ressaltou que a Seção de Educação Corporativa - SEDUC tem se empenhando para fazer com que esse indicador melhore, apresentando novas ideias.



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

O Sr. João acredita que no futuro vai começar a gerar resultados e atrair mais servidores para o retorno às capacitações. Logo em seguida, mencionou os três projetos. O projeto *Mapeamento de Competências*, concluído e encerrado, gerou uma gama de informações sobre diversos assuntos, em especial, a necessidade de capacitação dos servidores. O projeto de *Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho* está sendo executado, porém com uma alteração, e a suspensão da segunda pesquisa da qualidade de vida. Explicou que é uma pesquisa de diagnóstico a partir do qual são feitos novos trabalhos, e que realizá-la em momento de pandemia, naturalmente, tornaria o resultado enviesado, levando a ações que, a longo prazo, não seriam interessantes. Por isso, foi decidido suspender sua execução e retornar quando acabar a pandemia. O projeto *Valoriza CNJ* também passou por reajuste em decorrência da pandemia. Adiantou ainda que será apresentada uma versão final e, possivelmente, em breve, haverá notícia. O Sr. João finalizou agradecendo todos na reunião e se colocou à disposição sobre qualquer assunto relacionado.

### 5.1.14 Ouvidoria - OUV

Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV, iniciou falando que a unidade manteve o atendimento, que a única modalidade suspensa foi o atendimento presencial, mas que todas as demais continuaram na forma que existiam - via telefone, e-mail – com os ajustes técnicos necessários (colocação do siga-me). Destacou que o trabalho da ouvidoria já era feito em ambiente virtual, no sistema da ouvidoria, uma vez que 98% das demandas já estavam dentro do sistema, o que foi um facilitador em alguma medida. Informou que, em um primeiro momento, esperava-se uma queda no atendimento, o que de fato aconteceu nas duas primeiras semanas, mas no conjunto, até esta data, houve uma redução pequena de 2,4%. Adicionou que, na medida em que o CNJ foi editando normativos e regulamentando a questão do acesso à justiça, percebia-se o aumento da demanda na Ouvidoria. Comparou, informando que no ano passado foram 9.890 demandas e em 2020, 9.648 no mesmo período de mediação. Já na primeira quinzena do mês de junho a unidade está com 80% da demanda em relação ao ano passado, verificando-se, assim, a retomada do volume de atendimento. Enfatizou que tem sido feito o acompanhamento diário das



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

demandas. Informou, ainda, que a OUV tinha um projeto de realização do *Primeiro Encontro CNJ de Ouvidorias*, o qual aconteceria na semana seguinte à suspensão das atividades na modalidade presencial, e que teve que ser adiado porque seria presencial, com realização de palestras e debates, no primeiro dia e, no dia seguinte, de um workshop, uma oficina com os técnicos das ouvidorias, que seria substrato para uma capacitação por meio de EaD. O Sr. Ronaldo ressaltou que o projeto foi reformulado com uma proposta da realização virtual; também permanece a física, mas sem previsão de realização. Informou que hoje se trabalha com a migração dos formulários, das dinâmicas, das atividades que aconteceriam com os servidores das ouvidorias e com os ouvidores para formulários eletrônicos e algumas atividades na modalidade virtual. Adicionou que essa proposta foi repassada para o Gabinete do Conselheiro e que estão sendo debatidos os prós e contras, mas já há uma determinação do Conselheiro para que se realize o evento na modalidade virtual até setembro antes do término da gestão. Esclareceu que a Ouvidoria validará a proposta nas próximas semanas e encaminhará ao DGE para atualização do plano de trabalho. Em continuidade aos indicadores, explicou a situação do Indicador 16 - *Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria*, que teve uma queda nessa última mediação em relação aos anos anteriores, ficando com o farol amarelo, o que levou a ouvidoria a tentar identificar o que aconteceu. Esclareceu que ele é composto por 4 itens: atendimento, clareza da resposta, satisfação quanto ao desfecho da demanda e tempo de resposta. Realçou que o resultado total apurado de 61,5% é algo bastante alto para satisfação de atendimento em serviço público. O Sr. Ronaldo informou que a hipótese é que, de alguma maneira, a questão da pandemia afetou o resultado. Citou que, assim como nas bolsas de valores o humor ficou mais negativo, de alguma forma, impactou também na avaliação, bem como a dificuldade de acesso à própria justiça que aconteceu logo no início do período. Esclareceu que, dos 4 itens que compõem o indicador, o de satisfação quanto ao desfecho da demanda teve queda maior. Citou que o período de janeiro/fevereiro que estava com 54% de avaliação positiva foi para 39%, todavia, o acumulado de janeiro a maio já apresenta resultado de 46%, o que considera um restabelecimento, mas ainda aquém. Enfatizou que a satisfação não é um item que a Ouvidoria tem gestão direta, e citou caso de resposta de tribunais a



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

reclamações de morosidade, em que a Ouvidoria não tem gestão sobre a qualidade da resposta de forma imediata. Acrescentou que será feita avaliação qualitativa de cada um dos relatos negativos sobre a satisfação quanto ao desfecho e à clareza da resposta, que também teve queda 4%, 5% no resultado, para se estabelecer que medidas adotar. Adicionou que outra hipótese levantada foi sobre a satisfação com o atendente, mas isso foi descartado porque os relatos negativos estão distribuídos de forma homogênea. Por fim, reforçou que está sendo feito o diagnóstico para verificar se tem alguma ação corretiva para reestabelecer os resultados dos índices.

### **5.1.15 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD**

Sr. Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJUD, iniciou falando que a unidade tem dois indicadores, que o *Índice de Implementação e Execução do Plano Nacional de Capacitação* não foi mensurado e que o plano está na Comissão de Eficiência Operacional e de Gestão de Pessoas para análise e provável revisão. Explicou, ainda, que o Plano de Capacitação precisa ser atualizado pois já se vislumbram novas competências em virtude do que está acontecendo no mundo, o que poderá acarretar necessidade de revisão do indicador também. Contudo, afirmou que precisa esperar a retomada das reuniões da Comissão de Eficiência Operacional para discutir com os conselheiros. Quanto ao *Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas* esclareceu que nos meses de janeiro e fevereiro praticamente não são oferecidos cursos, e que, em março e abril, foram capacitadas mais de 6 mil pessoas, assim, o resultado ficou abaixo da meta justamente porque em janeiro e fevereiro não houve cursos. Informou que no período de maio até o momento foram capacitados mais 9 mil alunos em cursos EaD, e que há bastante demanda e bastante cursos acontecendo, principalmente, os cursos que envolvem a mediação - formação de mediadores e conciliadores - com 750 alunos e 15 turmas ocorrendo simultaneamente no momento. Citou os cursos do Marco Legal da Primeira Infância, que demandam muito da unidade, com 10 turmas simultâneas atualmente. Sobre os cursos relacionados ao Processo Judicial Eletrônico - PJe informou que o CEAJUD tem



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

auxiliado o DTI no projeto, tanto nos webnários quanto no curso de formação para o PJE. O Sr. Diogo analisou, ainda, que o resultado do indicador não está favorável nesta reunião mas acredita que na próxima a meta terá sido superada. Falou ainda sobre o curso de nivelamento de servidores que capacitou mais de 50 mil pessoas no ano de passado, e que foi aberto novamente em junho de 2020, porque é um requisito para o Prêmio CNJ de Qualidade; Complementou com o curso para o projeto do Marco do Pacto da Primeira Infância para 22 mil psicólogos, assistentes sociais, servidores público da área da saúde e conselheiros tutelares que irão atuar na área. Em seguida, o Sr. Diogo finalizou agradecendo e se colocando à disposição para esclarecimento.

## 6. Considerações Finais

Encerradas as apresentações, a Sra. Fabiana observou que os resultados desse quadrimestre não foram satisfatórios quando comparados aos do ano de 2019, mas registrou que indicadores e projetos foram impactados em virtude da pandemia. Em seguida, foi passada a fala ao Dr. Carl que informou sobre o imprevisto na aprovação da Resolução que trata do Planejamento Estratégico do sexênio de 2021-2026. Complementou que na esteira da aprovação do novo planejamento do Poder Judiciário já tinha sido preparada a Portaria que diz respeito ao Planejamento Estratégico do CNJ. Comentou que talvez seja um bom momento para aprovar um planejamento novo, que traz uma série de objetivos estratégicos, repetidos e novos, porque uma situação de crise e de alteração das rotinas leva à necessidade de reflexão sobre o que está sendo feito e de se trabalhar com indicadores aderentes a essa nova realidade na forma de gestão do órgão e de como os objetivos serão atingidos. A Sra. Fabiana complementou reforçando que o novo plano entrará em vigor em janeiro de 2021 e que no segundo semestre serão construídos os indicadores e suas respectivas metas. Ainda ressaltou que esse plano foi construído com a participação dos gestores e dos servidores do órgão. Na sequência a palavra foi passada ao Sr. Adilson para elencar as unidades que podem colaborar com o impulsionamento dos resultados dos objetivos estratégicos não cumpridos: objetivo IV - Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e



# Conselho Nacional de Justiça

## Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

redução do passivo ambiental: DGE e COGD; objetivo V - Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas do Poder Judiciário: CEAJUD e SGP; objetivo VI - Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ, e ampliar a divulgação externa das ações institucionais: SCS e Ouvidoria; objetivos XI - Estimular a Integração, a Interoperabilidade e o Desenvolvimento Colaborativo dos Sistemas de Informação e XII - Articular o Aperfeiçoamento da Governança e da Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação: DTI. A Sra. Fabiana, ao final, adicionou que essas informações serão enviadas às unidades e registrou a importância do DTI na realização dos grandes eventos realizados virtualmente. Dr. Carl agradeceu a participação e empenho de todos na execução do planejamento e deu por encerrada a reunião.